

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NO LIVRO DIDÁTICO *a exclusão da experiência e da utopia*

Luís Manuel Domingues do Nascimento
Universidade Católica de Pernambuco

O conhecimento histórico dos livros didáticos é, no contexto atual da educação e da indústria cultural no Brasil, um dos agentes que apresentam o indiferenciado na forma do diferenciado, o idêntico na forma de único. Parece, *a priori*, contraproducente fazer tal afirmação num momento em que os estudos e as produções de conhecimento histórico didático tem se voltado para a tarefa de moldar uma compreensão crítica da História. Principalmente, por partirem da proposta de operacionalizarem um contraponto a produção que enfatiza os papéis reservados pela produção capitalista aos agentes sociais. Contudo, estes estudos e revisões do conhecimento histórico didático estão mais orientados em fornecer respostas aos problemas de integração dos excluídos no contexto da modernização da economia capitalista no Brasil.

Assim, na produção do conhecimento histórico didático atual, a segregação social, a sacralização dos limites de determinados papéis sociais e o isolamento de grupos anti-sociais passa a ser objeto de uma denúncia preocupada em revelar os valores, preconceitos e concepções ideológicas que marginalizam, isolam e qualificam como socialmente inúteis os indivíduos e/ou grupos que compõem estas camadas e grupos sociais. Esta abordagem, contudo, integra-se ao conjunto de respostas que procuram inserir e reconhecer esses produtores como integrantes do processo de reprodução e acumulação de capital dentro das condições estabelecidas pela modernização da economia brasileira no período pós-64. Nestes termos, passa-se a formular a representação do ser/sujeito excluído como um agente social e histórico diferenciado que precisa ser incorporado ao mercado de trabalho e absorvido pelo processo de homogeneização da sociedade capitalista. Ou seja: a ampliação emergencial do mercado de trabalho promoveu a necessidade de liberar a mão-de-obra até então excluída e, por outro lado, alocar uma racionalidade para a sua integração, passando pela simplificação do seu

contexto histórico e social, esvaziado de seu conteúdo crítico, e tornando-os aptos aos padrões de convivência da sociedade capitalista ao escamotear as experiências vividas e os sonhos, projetos e esperanças contidos no passado destes ex-excluídos.

Dentro deste contexto, as revisões do conhecimento histórico didático vem reforçando a exclusão da *experiência* (recorrer a memória do conteúdo do passado com outros do coletivo) e da *utopia* (conservação das forças da rememoração capazes de desenvolver questões, problemas e tarefas históricas delegadas pelo passado) na história. Impossível de serem anunciadas num conhecimento histórico didático que encara o real-histórico como acabado e desprovido das possibilidades de múltiplas leituras/interpretações, estando mais preocupada em estabelecer e compreender a base material da história verdadeira, expurgando destas as interpretações e interferências que promovem a capacidade de estimular o pensamento e o imaginário. O mesmo é detectado num contexto de produção de conhecimento didático, que ao partir da denúncia da ideologia burguesa subjacente aos textos didáticos, voltam-se para a idealização do outro extremo e para a substituição da ideologia burguesa por uma das classes subalternas, sem contribuir para a dissolução das relações da sociedade capitalista e ativar a reserva de consciência crítica da sociedade.

No momento atual, pensar a produção de um conhecimento histórico didático com nível cultural e intelectual elevado como um instrumento de aprendizagem e de resgate da memória, viabilizando os sonhos, os projetos e as esperanças soterradas no passado como história efetiva, parecem ser mais um projeto de experiências alternativas e isoladas. A grosso modo, a indústria cultural e o sistema educacional brasileiro exclui dos seus objetivos a produção de um livro didático de história de qualidade, como de outras áreas de conhecimento, e como um instrumento de trabalho do professor, complementando e enriquecendo o seu trabalho, bem como servindo aos alunos como instrumento de acesso a um conhecimento sistematizado e crítico sobre a história dos homens.

Ao contrário do exposto, o livro didático é concebido como uma autoridade portadora de um critério absoluto de verdade e de um padrão de excelência a ser adotado na sala de aula. Aparece no espaço do processo de ensino/aprendizagem como o seu ponto de chegada e de partida, implicando numa concepção de uso que o toma como o instrumento de estudo do aluno, em vez de *um*, e o de ser material *para o professor*, em vez de ser um dos materiais do professor. Portanto, um livro completo e que não precisa ser extrapolado, limitando as possibilidades de *como* se pode utilizá-lo no dia-à-dia da sala de aula.

Esta concepção de conhecimento didático é estabelecida por critérios e motivos que são ditados por aspectos externos ao processo de ensino/aprendizagem. Aqui, o livro didático é concebido como um produto que deve *dar lucro* e, portanto, *ser vendável*. O que implica num material que deve ser “bonito” e/ou “agradável” antes de ser eficaz; que deve ter uma linguagem simples e fácil para ser “acessível” mas é ineficiente como conhecimento sistematizado e crítico; que tem de ser *completo*, dispensando ao aluno a possibilidade do desafio para a compreensão através da análise, discussão e crítica do seu conteúdo. Temos, isto sim, um conhecimento didático produzido e reproduzido pela indústria cultural que quando utilizado contribui para distorcer a percepção, embalar as ilusões e entorpecer o senso crítico do ser consumidor (o aluno) ante a irracionalidade e a injustiça da sociedade contemporânea, seduzindo-o para o consumo e fazendo-o esquecer a exploração a que está submetido nas relações de produção.

Analisar e criticar a produção do conhecimento histórico no livro didático produzido/reproduzido pela indústria cultural pressupõe, como uma das suas conseqüências, uma das condições que fomenta a formação de indivíduos acríticos e inconscientes. Contudo, a indústria cultural por si só não explica as razões pelas quais o conhecimento histórico didático limita o processo de assimilação e elaboração pela consciência e, ao mesmo tempo, apesar de procurar alinhar uma compreensão crítica da história, tem um papel funcional na integração dos excluídos no processo de modernização da economia brasileira, reforçando a exclusão da experiência e da utopia. Para tanto, faz-se necessário analisar e criticar as abordagens e tendências historiográficas que permeiam a produção do conhecimento histórico no livro didático.

A produção de conhecimento histórico didático atual procura apontar a trajetória do homem subordinada a uma lógica teleológica da história da humanidade, onde os homens foram os peões de um movimento de construção da sociedade capitalista. Esta empreitada se afirma com a adoção de concepções historiográficas que se orientam por uma assepsia da vida e um expurgo da paixão na leitura da história, consagrando o olhar neutro e isento do leitor da história. Assim sendo, as outras alternativas e projetos de sociedades continuam soterradas nas ruínas do passado, pois para o leitor da história não há nenhum estímulo em restaurá-la diante da sua assepsia, ou melhor, ele é um legista e a história um cadáver.

É possível identificar quatro linhas de produção de conhecimento histórico didático destas concepções historiográficas. A saber, são elas as seguintes:

Convencional

A história da humanidade é reduzida a uma sucessão cronológica e retilínea de datas providas com fatos de teor imanente, organizada a partir de uma seleção prévia de fatos históricos e memórias com o objetivo de construir um informativo da história para fins de representação ideológica;

Historicismo

Buscando trazer o passado para o presente, o faz de forma fragmentada e atribui a cada época um caráter único, sustentando que cada uma é explicada por si mesma;

Marxismo Vulgar e Economicismo

Privilegia nas construções historiográficas as estruturas econômicas, nas quais os homens são suprimidos como sujeitos históricos para ceder lugar aos conceitos e categorias econômicas como sujeitos da história, que independente da época e do lugar produz sempre um mesmo conjunto de efeitos;

Nova História

Sobre o primado da desrazão, algumas tendências da Nova História promovem a abordagem da história da humanidade de forma fragmentada e a partir de critérios a-locais e a-históricos, onde a única realidade cognoscível são as práticas discursivas. Isto é, os discursos são verdadeiros em virtude dos critérios de verdade adotados pela sociedade, possibilitados pelos dispositivos e pelas práticas de poder que produzem tanto o discurso como o sujeito que o enuncia.

Do ponto de vista metodológico, essas produções de conhecimento histórico didático carregam consigo alguns procedimentos de leitura da história que nos auxiliarão a desvendar as implicações de sua natureza teórico-metodológica. Primeiramente, é possível detectar nelas uma leitura acrítica da memória e dos registros produzidos no curso da história humana. Neste caso, a ausência de uma avaliação crítica das informações contidas nessas fontes tem levado a aceitação, como realidade de fato, a auto-representação ideológica que os produtores das fontes históricas elaboraram para si. O que implica em tomar como real as práticas discursivas dos sujeitos

históricos. Outro aspecto é a abordagem fragmentária da sociedade e do processo histórico, resultando num seccionamento do fato histórico do contexto em que estão inseridos. Isto só não tem proporcionado uma percepção imanente do fato histórico como resultou em uma infinidade de análises a-históricas e a-locais. Por outro lado, a ênfase quase absoluta em determinadas instância, travestiu certas esferas (econômica, social e política) em verdadeiros sujeitos históricos e/ou em entidades onipresentes da história humana. Assim sendo, são estas estruturas, dotadas de vontades e movimentos próprios, que criam, dirigem e fornecem coerência aos homens-peões de sua dinâmica.

A partir dos procedimentos assinalados, teremos, inevitavelmente, um distanciamento do fato, do contexto, do processo e dos sujeitos históricos das mediações da relações sociais, econômicas, políticas, culturais e interpessoais que estão presentes nos momentos de sua construção. Esse distanciamento, incutido no bojo das concepções historiográficas em foco, tem como consequência uma crescente obstaculização da problematização da História. Assim, o exercício de compreender, interpretar e explicar o conhecimento histórico é, praticamente, inviabilizado, tornando o real incognoscível.

A noção que guia a natureza teórico-metodológica das produções de conhecimento histórico didático tem como implicação uma leitura e uma interpretação da história dos homens como um caminhar natural à um ponto de chegada pré-determinado: a inserção da sociedade nos padrões de produção e convivência da sociedade capitalista, expurgando a possibilidade de se ativar a reserva de consciência crítica da sociedade. Isto é possível em virtude de seus procedimentos metodológicos e de sua produção de conhecimento possibilitar a valorização e o enunciado solitário da história e do projeto dos sujeitos históricos vencedores e que, por outro lado, viabiliza apropriação dos despojos dos vencidos, abstraído de seu significado histórico. Isto é possível em virtude da valorização e do enunciado solitário da história e do projeto dos sujeitos históricos vencedores, ocultando ou relegando à um plano secundário outros projetos, sonhos, ações, memórias e experiências de vida dos sujeitos históricos que não triunfaram na trajetória do homem no tempo e no espaço por ele moldado. Prepara-se, portanto, o terreno para moldar indivíduos sem história e desmemoriados aptos a entender e absorver os choques e as tensões da vida moderna e a sobreviver no mundo do capital como autômatos. Em outras palavras, sepultar a identidade, a história e a tradição que era comum na convivência indivíduo/coletividade.

Poderíamos repensar a produção do conhecimento histórico didático como um dos instrumentos que projeta a experiência e a utopia dos homens no curso de suas histórias. Para tanto, faz-se necessário que o mesmo seja indissociável de um projeto de cidadania e pense a história como vida. Este princípio

significa resgatar os sonhos, os projetos, as memórias e as experiências de vida dos vencidos, mas, também, ser um dos instrumentos de crítica e combate ao discurso solitário do poder. Neste caso, o conhecimento histórico didático poderá auxiliar no exercício de um pensamento crítico, ou seja, uma atividade desmistificadora por excelência. Em outras palavras, subsidiar o ensino de História na sala de aula como um espaço/momento para a invenção, para a criatividade e para o fomento aos talentos que brotam no cotidiano; na recusa a incorporação e a formação de novos mitos nas pessoas; na rejeição a concepção dogmática da teoria e da pedagogia autoritária na História, que padronizam comportamentos, atitudes e valores nos alunos.

Um conhecimento histórico didático pode auxiliar a interpretar a história como vida, assessorando a atividade do professor de História e na construção de um ensino essencialmente dinâmico, criador e construtivo para a restauração da imagem passado, da vida do presente e dos homens do presente. Ou melhor, desmentir, enfaticamente, o passado como um cadáver da História, dando vida ao acontecido através da interpelação que lhe faz o presente. Assim sendo, capturar a História como desejo, vontade e paixão; como respostas as nossas indagações; como meio de exorcizar os dramas íntimos e dar sentido a vida (pessoal e coletiva).

Texto apresentado na Mesa Redonda A Produção do Conhecimento Histórico no Livro Didático, 20/7/1993.